

CFESS Manifesta

5ª Conferência Nacional das Cidades

Brasília, 20 a 24 de novembro de 2013
Gestão Tempo de Luta e Resistência



Como afirmou o historiador marxista Eric Hobsbawm (1968), “As cidades, entre outras coisas, são ao mesmo tempo um lugar habitado por uma aglomeração de gente pobre e, na maioria dos casos, a sede do poder político que afeta suas vidas”. Por este motivo são as cidades espaços onde as contradições próprias do modo de produção capitalista se apresentam de forma mais explícita, o que coloca àqueles/as que defendem a superação das desigualdades o compromisso com as lutas sociais, entre elas uma Reforma Urbana articulada às demandas dos/as trabalhadores/as.

Quem muda a cidade somos nós, reforma urbana já! O tema da 5ª Conferência Nacional das Cidades nos remete a problematizar sobre as mesmas. Fruto do desenvolvimento urbano e do processo de industrialização, conformaram-se historicamente, muito mais impactadas pelas necessidades do desenvolvimento capitalista desigual e combinado do que pelas necessidades sociais. Nesse sentido, entendemos que a Reforma Urbana deva ser um processo que envolva, de fato, as demandas dos segmentos de trabalhadores/as. Na prática, o que estamos vivenciando, nas últimas décadas, é a adaptação da cidade ao processo de mercantilização, fortalecendo a lógica da cidade-empresa.

No processo de mercantilização da cidade e também da vida, a questão urbana vem sendo

tratada de forma fragmentada, sem a devida articulação entre as políticas públicas. Por vezes, a questão urbana é reduzida à questão habitacional, secundarizando ou desconsiderando os demais aspectos que impactam na vida da população, como saúde, educação, saneamento, trabalho, cultura, meio ambiente, assistência social e transporte. Ratificam-se os distintos territórios da cidade, segregados a partir das classes sociais, intensificando as desigualdades.

É importante considerar a profunda articulação entre a questão agrária no Brasil, as migrações e as precárias condições de vida nos espaços urbanos, apontando para a urgência da reforma agrária, que vai além dos interesses estritamente das populações do campo. A redução das desapropriações de terras para a reforma agrária, a aposta no agronegócio como estratégia de desenvolvimento econômico, o não investimento na agricultura familiar e camponesa, são dimensões que refletem diretamente na produção dos principais alimentos de consumo diário da população brasileira. Mais de 70% dos alimentos consumidos em nosso país são produzidos pela agricultura familiar e camponesa (Censo Agropecuário/IBGE, 2006).

Nesse sentido, as precárias condições de vida no campo e a concentração fundiária, ex-

pressa no latifúndio, base de sustentação do agronegócio, contribuem para o crescimento desorganizado e para a favelização dos centros urbanos, além da elevação dos preços dos alimentos, encarecendo ainda mais o custo de vida nas cidades - transporte, moradia, alimentação - cuja renda, da maior parte da população, já é comprometida em razão dos baixos salários, desemprego e pela informalidade persistente do mercado de trabalho do país.

Acontecimentos recentes, advindos das chamadas manifestações de junho, deram visibilidade à política segregadora implementada pelo governo federal, pelos estaduais e pelos municipais. As cidades passam a ser o cenário da intensificação da luta urbana. A população se levanta contra o processo intenso de desigualdade social e contra a prioridade dada pelo poder público a gastar recursos no reordenamento do espaço urbano para atender ao interesse do capital, a exemplo dos megaeventos.

As manifestações ocorridas em todas as regiões do Brasil expuseram dados da limpeza étnica e social. Na cidade do Rio de Janeiro, é visível a militarização do espaço urbano. Seja pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas cariocas, que já contabilizam muitas mortes, entre as quais a do pedreiro Amarildo, na Rocinha; seja pela violenta ação policial

na repressão aos movimentos sociais e às manifestações na cidade, que, no dia 24 de junho de 2013, resultou na chacina da Maré, com o assassinato de 11 pessoas pela polícia. A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela. A campanha Os desaparecidos da democracia, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccional do Rio de Janeiro, aponta que, entre 2001 e 2011, a polícia carioca matou, sob a alegação de auto de resistência, mais de 10 mil pessoas na cidade.

Em São Paulo, a ação truculenta de cerca de dois mil policiais armados/as com metralhadoras e com a supervisão de helicópteros despejou mais de seis mil pessoas da ocupação de Pinheirinho, em janeiro de 2012. A desocupação violenta da área, que era envolvida em inúmeros conflitos de interesse, marcou a prioridade do Estado em atender aos interesses privados em oposição à construção de habitação de interesse social e à garantia de direitos das famílias que já haviam ali se estabelecido havia mais de oito anos.

A exemplo do que ocorre nas cidades que vão sediar a copa, a capital cearense, Fortaleza, também expressa as prioridades do poder público e de seu comprometimento com os interesses do capital. Considerada umas das cidades mais desiguais da América Latina, segundo pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2012, a cidade prevê receber nove empreendimentos para preparação para a Copa, totalizando R\$ 1,579 bilhão¹, dos quais a maior parte dos investimentos advém de recursos públicos que deveriam estar sendo investidos nas demandas da população por saúde, educação, transporte público, saneamento, etc.

A violência urbana que permeia as cidades brasileiras também atinge de forma cruel a população em situação de rua. O CFESS Manifesta (2012)² aponta que, no período entre abril de 2011 e fevereiro de 2012, foram registrados 87 casos de assassinatos de pessoas em situação de rua no país. Mais recentemente na grande Goiânia, registraram-se 38 mortes de pessoas em situação de rua, no período entre 2012 e 2013, conforme levantamento da Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios (DIH). Conforme informações do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, uma grande parcela de

A QUESTÃO URBANA É REDUZIDA À QUESTÃO HABITACIONAL, SECUNDARIZANDO OU DESCONSIDERANDO OS DEMAIS ASPECTOS QUE IMPACTAM NA VIDA DA POPULAÇÃO, COMO SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO, TRABALHO, CULTURA, MEIO AMBIENTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSPORTE.

mortes nas ruas é subnotificada. Esta realidade de impunidade e graves violações de direitos humanos revela a omissão e a negligência do poder público no que se refere à banalização da vida desta população.

As populações indígenas, por serem *protos* habitantes deste território que os portugueses transformaram numa nação ocidentalizada, foram as primeiras a sentirem o peso da repressão e da consequente criminalização, ao reagirem às covardes agressões e violências contra elas praticadas. A repressão que se viu recentemente para impedir a manifestação dos/as indígenas no Senado Federal, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, cuja aprovação implicará na transferência do poder de demarcação das terras indígenas do Poder Executivo para o Poder Legislativo, dominado por parlamentares ruralistas ou a serviço destes/as, é a repetição, noutro espaço-tempo, das entradas e bandeiras, quando, no século XVIII, jagunços a serviço de latifundiários/as devassavam aldeamentos para prenderem e escravizarem índios/as.

Todas essas ações truculentas e omissas por parte do Estado buscam o apassivamento da população, que é intensificado com a criminalização dos movimentos sociais. Porém este processo não se dá sem resistência por parte dos/as trabalhadores/as, das entidades, dos movimentos sociais e de organizações classistas. Nessa perspectiva, os/as profissionais do serviço social, representados/as por suas entidades, vêm a público reafirmar seu projeto ético-político comprometido com a garantia inalienável dos direitos humanos, da democracia e da supera-

ção da ordem social capitalista desigual e excludente, na perspectiva de cidades justas.

Repudiamos:

1. A forma como estão ocorrendo as remoções nos centros urbanos;
2. A criminalização dos movimentos sociais;
3. A militarização das ações do Estado;
4. A política de 'higienização' das cidades, por meio da retirada compulsória dos/as usuários/as e dependentes de drogas dos centros urbanos, bem como do extermínio e desaparecimento da população de rua e da juventude negra;
5. A expulsão dos povos originários e das comunidades tradicionais de seus territórios, em função dos interesses do capital, por meio das grandes obras, como barragens, construção de rodovias e do próprio crescimento urbano.

Defendemos:

1. As lutas dos movimentos sociais pelo direito à terra, pela moradia digna, pelos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, da população em situação de rua e catadores/as de materiais reciclados, para acesso às políticas sociais e ao direito de usufruto e permanência nos seus territórios;
2. A ampliação e consolidação dos direitos dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, tendo em vista o aparato legal que os rege;
3. O direito à diversidade humana e suas demandas particulares no acesso à cidade;
4. A articulação e o apoio às lutas dos movimentos sociais no processo de implantação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
5. A efetiva mobilização e participação popular na elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores das Cidades, conforme determina o Estatuto das Cidades;
6. A luta junto aos movimentos sociais em defesa da mobilidade urbana e pelo transporte público gratuito como direito social;
7. Cidades sem homofobia, machismo e racismo, pautadas na liberdade e equidade social.

NOTAS.....

1 - <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/balanco-obras-da-copa-somam-r-15-bilhao-em-fortaleza>. Acesso em 2 de novembro de 2013.

2 - CFESS Manifesta 1º Congresso Nacional do Movimento Nacional da População em Situação de Rua http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf



SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)

PRESIDENTE Sâmia Rodrigues Ramos (RN)

VICE-PRESIDENTE Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

1ª SEC. Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)

2ª SECRETÁRIA Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª TESOUREIRA Juliana Iglesias Melim (ES)

2ª TESOUREIRA Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

CONSELHO FISCAL

Kátia Regina Madeira (SC)

Marylucia Mesquita (CE)

Rosa Lúcia Prêdes Trindade (AL)

SUPLENTES

Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Marlene Merisse (SP)

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Alcinélia Moreira De Sousa (AC)

Ervã Garcia Velasco - Tuca (MT)

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)

CFESS MANIFESTA

5ª Conferência Nacional das Cidades

Conteúdo (aprovado pela diretoria):

GT Questão Urbana Conjunto CFESS-CRESS

Assessoria de comunicação:

Diogo Adjuto - JP/DF 7823

Rafael Werkema - JP/MG 11732

Revisão: Diogo Adjuto

Ilustrações e diagramação: Rafael Werkema